A PRODUÇÃO DE PESQUISAS SOBRE OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO NORDESTE DO BRASIL

Felipe Daniel Barros Diniz

UFRN, Brasil
fdlpe@gmail.com

Luciane Terra dos Santos Garcia

UFRN, Brasil
ltsgarcia@gmail.com

As mudanças socioeconômicas e políticas das últimas décadas do século XX levaram à reforma administrativa do Estado e à atualização do modelo burocrático pelo gerencial. A consolidação do modelo gerencial na administração pública brasileira, a partir dos anos de 1990, tornou a regulação das políticas educacionais mais flexível na sistematização e definição dos processos, bem como mais rígida na avaliação da eficiência e da eficácia dos resultados obtidos pelas instituições e sujeitos dessa área (BARROSO, 2005).

Nesse cenário, as reformas educacionais foram marcadas por políticas descentralizadoras de poderes e encargos, que responsabilizam as instâncias locais de poder e a sociedade pelo alcance de objetivos educacionais firmados em âmbito transnacional e nacional. Conforme Garcia (2015), as políticas de descentralização demandaram a efetivação de sistemas nacionais de avaliação visando ao acompanhamento e ao controle dos resultados das ações desenvolvidas em nível local.

A consolidação de sistemas nacionais de avaliação e o condicionamento do financiamento prestado pelo Banco Mundial ao desenvolvimento de sistemas próprios, estimularam a consecução de sistemas estaduais de avaliação educacional (SOUSA; OLIVEIRA, 2010). Na região Nordeste do país, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee), implementado em 1992, pela Secretaria da Educação do estado, tornou-se um dos primeiros do Brasil e o primeiro do Nordeste. Objetiva avaliar e diagnosticar o nível de conhecimento de alunos do 5º e 9º anos de escolaridade, visando fornecer dados para definir políticas educacionais para as redes estaduais e municipais. Seguindo esse exemplo, a maioria dos estados da região tem implementado sistemas de avaliação visando à melhoria da qualidade educacional.

Considerando a centralidade que esses sistemas têm assumido nas políticas educacionais, procedeu-se a um estudo exploratório, de cariz qualitativo, com o objetivo de analisar a produção do conhecimento acerca dos programas de avaliação estaduais da região Nordeste do Brasil. Foram adotados

como procedimentos de pesquisa: a revisão da literatura, a análise de teses e dissertações, registrados na Plataforma Sucupira, bem como de artigos publicados no Portal de Periódicos Capes.

Resultados e discussão

Foram localizadas doze dissertações de mestrado elaboradas em programas de pós-graduação, entre os anos de 2013 a 2016, não existindo artigos ou teses sobre o assunto investigado. Entre as produções analisadas, dez investigavam questões referentes ao Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace) e duas, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe). Apesar de outros estados da região Nordeste possuírem sistemas de avaliação, não havia pesquisas sobre eles. A predominância de trabalhos sobre o Spaace justifica-se pela sua longevidade em relação ao sistema pernambucano, implementado em 2000. Ademais, o aumento da abrangência do primeiro, conseqüentemente, uma responsabilização mais efetiva dos profissionais pode haver despertado o interesse dos pesquisadores.

Os trabalhos acerca do Spaace desenvolveram-se após a universalização da sua abrangência, em 2004, quando deixou de aferir escolas que aderiam ao sistema, estendendo-se a todas. Além disso, a partir de 2008, foi expandida para as três séries do Ensino Médio e incorporada a Avaliação da Alfabetização (Spaace-Alfa), destinada aos alunos do 2º ano do ensino fundamental.

Os objetivos das dissertações respondem às especificidades dos interesses e vivências dos autores, tendo sido categorizadas de acordo com a análise que se propunham a realizar. Assim, foram identificados oito trabalhos sobre a influência dos sistemas de avaliação na gestão escolar e dos sistemas de ensino bem como a ação da gestão na prática docente. O conjunto das pesquisas aponta a necessidade de apropriação qualificada dos resultados das avaliações pelas equipes de gestão e que os bons resultados se concentram em escolas de referência, cujos profissionais conformam o processo pedagógico às demandas dos sistemas avaliativos.

Em uma outra perspectiva, três trabalhos investigaram fatores das avaliações que influenciam os resultados escolares. O primeiro analisa os resultados do Saepe considerando as dimensões intra e extraescolares, evidencia a importância da dimensão sociopedagógica, sobretudo da participação dos pais e de uma gestão escolar atuante. Destaca, ainda, o sucesso das escolas de tempo integral e semi-integral, em detrimento das regulares. Dessa forma, bons resultados dependem do apoio que os estudantes têm, do seu capital cultural, da organização das atividades-meio, bem como do tempo e das condições de desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O segundo estudo objetivou mostrar que o ensino noturno necessita de orientações específicas para se apropriar dos resultados das avaliações externas, usando, como parâmetro, os resultados de duas escolas no Spaace. Demonstrou-se que há uma discrepância nos resultados médios entre turmas diurnas

e noturnas, além de pouca orientação de como a gestão poderia usar as avaliações para a melhoria da qualidade de ensino das turmas noturnas.

A última dissertação evidencia com base em resultados quantitativos, obtidos por meio de análises estatísticas, que o clima escolar seria uma variável de maior significância que o contexto familiar e socioeconômico do aluno. Isso vem de encontro ao que é difundido por pesquisas que analisam a eficácia escolar, a exemplo de Bonamino e Lima (2013) que consideram que, aproximadamente, 70% do desempenho escolar são explicados pelas características dos alunos e sua origem familiar, sendo necessário analisar que outros fatores influenciam os 30% restantes. Nesse caso, o clima escolar pode ser encontrado entre esses atributos, mas, por si só, não seria o fator mais importante.

O último trabalho foi o único que objetivava identificar a percepção dos atores escolares acerca do uso dos resultados do Spaece, observando aspectos subjetivos e as implicações nas avaliações escolares. Constatou-se que os resultados das avaliações direcionam as atividades escolares fazendo com que mais avaliações, simulados e testes sejam aplicados, enfatizando, assim, o produto educacional em detrimento do processo. A pesquisa apontou para a responsabilização de professores, gestores e alunos pelos resultados além da falta de reflexão crítica acerca da implantação do Spaece.

Conclusões

Com base na pesquisa realizada, foi possível corroborar os escritos de Bauer e Reis (2013) acerca da concentração de teses e dissertações sobre os sistemas de avaliação educacional nas regiões Sul e Sudeste. As autoras relatam que, à exceção do Spaece e do Saepe, os sistemas de avaliação estaduais não têm sido prioridade na produção acadêmica nas demais regiões, o que foi observado, também, neste estudo.

A maior parte das produções analisadas enfocaram a influência das avaliações estaduais no trabalho pedagógico de professores, gestores e dos sistemas de ensino e, com menor frequência, a influência de fatores extraescolares na aprendizagem e nos resultados das avaliações. Constata-se a ausência de estudos sobre o conteúdo político, ideológico e pedagógico das avaliações que contemplem os sistemas dos diversos estados, bem como a concepção e a implementação dos sistemas avaliativos.

Os trabalhos revelam que as equipes de gestão e de professores não têm se apropriado dos resultados das avaliações visando à melhoria da qualidade educacional. Ademais, obtêm melhores resultados as escolas que conformam seu trabalho pedagógico às demandas dos sistemas avaliativos, o que não necessariamente implica a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores necessários à vida em sociedade e à transformação social.

Referências

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, v. 26, n. 92, out. 2005.

BAUER, A.; REIS, A. T. *Balço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 a 2011*. In: Reunião Nacional da ANPED, 36., Goiânia-GO, 29 de setembro a 2 de outubro de 2013.

BONAMINO, A.; LIMA, N. C. M. Aspectos da gestão escolar e seus efeitos no desempenho dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. In: MARTINS, A.M. et al. (Orgs.). *Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GARCIA, L. T. S. G. Políticas de avaliação educacional: influência no trabalho educativo de escolas do Rio Grande do Norte. In: SILVA, A. F. (Org.). *Educação básica: políticas de avaliação externa e outros temas*. Campina Grande: Ideia, 2015.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010.